

## **BILINGUISTO E BILINGUALIDADE: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DE REDES SOCIAIS EM COMUNIDADES JAPONESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Marcionilo Euro Carlos Neto  
Mestrado/UFF

Orientadora: Mônica Maria Guimarães Savedra

Neste trabalho pretendemos propor um estudo póstero das situações de bilinguismo em comunidades japonesas na cidade do Rio de Janeiro, analisando os diferentes estágios de bilingualidade (SAVEDRA,1994) nas redes sociais formadas pelos integrantes dessas colônias nipônicas, buscando elucidar em que medida esses estágios estão relacionados à perda ou manutenção das culturas brasileira e/ou japonesa. Para isso, lançaremos mão dos conceitos de bilinguismo e bilingualidade propostos por Savedra (1994)<sup>i</sup>, da proposta de análise de redes sociais de Bortoni-Ricardo (2011) na obra *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*, entre outras obras que citaremos no decorrer de nossa argumentação.

Destacamos que a exiguidade de estudos relacionados ao bilinguismo em comunidades japonesas no Rio de Janeiro nos fomenta a propor uma investigação mais detalhada dessa situação. Além disso, a nítida divergência entre a cultura brasileira e a cultura nipônica, instiga-nos a investigar em que medida as diferentes dimensões de bilingualidade dessas redes de *nikkeis*<sup>ii</sup> estão relacionadas com questões de perda ou manutenção dessas culturas por parte dos indivíduos investigados.

### **A imigração no Brasil: a significância dos imigrantes japoneses**

Segundo Croci (2011: 73) a identidade nacional brasileira foi construída pelos imigrantes, apesar de muitos brasileiros ainda rechaçarem essa informação: “a história do Brasil é caracterizada pelo deslocamento de pessoas: da colonização ao tráfico escravo, das migrações transoceânicas àquelas internas”. Contudo, Croci chama nossa atenção para a “fábula das três raças”: a ideia utópica de que o povo brasileiro teve sua formação originária da miscigenação entre brancos, negros e índios. Esse pensamento

absorto, ainda muito difundido, exclui a importância que os imigrantes tiveram na criação de nossa identidade nacional:

Desse triângulo – em que pelo *branco* deve-se entender somente o colonizador português – não podiam achar lugar os imigrantes europeus, asiáticos ou médio-orientais que ficaram excluídos do discurso que funda a identidade nacional (...). Um véu de silêncio sobre o papel crucial desenvolvido pela imigração foi colocado também pelos intelectuais mais abertos das décadas de 1930 e 1940, (...). Hoje já há uma copiosa literatura sedimentada sobre a imigração no acesso de formação da identidade nacional (CROCI, 2011: 74).

Croci (*Ibidem*: 79) destaca que, com o crescente declínio da escravatura, a mão de obra de imigrantes consolidou-se como uma atividade lucrativa para a economia brasileira: os donos de fazendas cafeeiras, em grande parte, começam a pressionar o governo imperial para colaborar com políticas de imigração. Com a abolição da escravatura, o advento da República e o crescente incentivo à imigração, principalmente de trabalhadores da Europa, o governo brasileiro tentava estrategicamente “branquear a raça” do país através da entrada desses imigrantes brancos europeus. Porém, eles começam a se tornar um problema ao sistema de trabalho brasileiro que, acostumado com a mão de obra negra submissa, surpreende-se com a autonomia dessa nova classe trabalhadora em acelerada formação.

Entre os numerosos europeus que mudavam para o Brasil, procurando melhores condições de trabalho, destacam-se os italianos e alemães. Os italianos, por exemplo, formavam um grupo muito considerável em relação às outras nacionalidades de trabalhadores provenientes de outros países: em 1933, os imigrantes provenientes da Itália, totalizavam 1.401.335, enquanto os espanhóis somavam um montante de 587.114 (CROCI, 2011: 102). Porém, com o Decreto *Prinetti*, emitido pelo governo italiano em 1902, proibindo a imigração italiana financiada pelo governo do Estado São Paulo, o número de imigrantes vindos da Itália começa a diminuir (*Ibidem*: 91). Como resultado dessa redução, os fazendeiros, principalmente do estado de São Paulo, tiveram que procurar uma solução para a falta de mão de obra nas lavouras:

A excepcionalidade da conjuntura abriu o caminho para a “solução japonesa”, que oferecia, ao mesmo tempo, mão de obra para as fazendas e a possibilidade de abrir um novo mercado capaz de absorver o excedente de café. Graças a um acordo entre o governo de São Paulo e a Companhia Imperial de Emigração Japonesa em 1907,

entregava-se a esta – a título de ensaio – a tarefa de importar três mil súditos do império oriental em três anos (*Ibidem*: 91).

O Japão, após sua vitória na Guerra Russo-Japonesa em 1905, não consegue criar uma situação de prosperidade no país, o que resulta na insatisfação de seu povo e incentiva os japoneses a ir para outros países para trabalhar e juntar dinheiro. Em 1908 chegam ao Brasil as primeiras famílias japonesas no navio *Kasato Maru*. Segundo Célia Sakurai (2008: 245) em *Os Japoneses*

os japoneses começaram a vir para o Brasil em caráter experimental a partir de 1908 em viagens subsidiadas por fazendeiros de café. Brasil e Japão tinham um tratado de comércio assinado desde 1895 e era necessário ativá-lo com alguma atividade que fosse do interesse de ambos os países. Do lado japonês, o governo precisava aliviar a carga demográfica e, com isso, diminuir os protestos populares por melhores condições de vida e trabalho no país. Do lado brasileiro, havia interesse de exportar café para o Japão (...) e de receber mão-de-obra para a lavoura cafeeira.

Sakurai (2008: 245) destaca que, diferentemente de outros países, o Brasil recebeu famílias japonesas de diversas regiões do Japão, o que nos permite afirmar que “aqui se criou um pequeno Japão, reproduzindo a diversidade cultural e linguística existente na terra natal dos imigrantes”.

Apesar da grande concentração inicial de japoneses em São Paulo, muitos começaram a vir para o Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades de trabalho, diferentes das atividades nas lavouras de café.

Os imigrantes japoneses trouxeram inúmeros benefícios ao Brasil: trabalharam duro nas lavouras, devotaram-se à agricultura, buscando melhorias e novas técnicas que aumentaram a produção. Eles “introduzem novos itens na mesa dos brasileiros, trazendo diferentes sabores e cores para as nossas refeições” (*Ibidem*: 249). Além disso, os japoneses começaram a formar cooperativas e a chamar a atenção por sua maneira de agir em sociedade, formando colônias que intensificavam sua força na agricultura e comércio.

O ensino de língua japonesa nas colônias nipônicas era extremamente incentivado, pois, a maioria das famílias, tinha a intenção de juntar dinheiro e retornar ao Japão em melhores condições de vida. Contudo, perseguições e políticas brasileiras como “a política de nacionalização do governo Vargas no período do Estado Novo

limitou as atividades dos japoneses, como o ensino da língua e a publicação em língua japonesa” (SAKURAI, 2008: 253).

A situação piorou com a Segunda Guerra Mundial: os imigrantes japoneses sofreram represálias e chegaram a ser proibidos de usar a língua japonesa. O fim da guerra e a derrota do Japão foram responsáveis pela mudança de planos de inúmeras famílias japonesas: muitas decidiram permanecer no Brasil com medo do clima de incerteza nas terras nipônicas após a perda no conflito ocasionada por um inesperado evento: o ataque de bombas atômicas lançadas pelos americanos em Hiroshima e Nagasaki.

Apesar dos prejuízos sofridos ao longo de sua história de imigração no Brasil, os japoneses continuaram a progredir em solo brasileiro:

Na década de 1970, começaram a explorar o cerrado num projeto conjunto com o governo brasileiro, estendendo as áreas cultiváveis do país. Produziram maçãs e peras no sul do Brasil, frutas tropicais para a exportação no nordeste, desenvolveram a cultura da juta e da pimenta do reino na Amazônia, continuando a reforçar a “vocação” agrícola dos seus antecessores de antes da guerra (*Ibidem*: 258).

Com tudo o que vimos sobre a história da imigração no Brasil, com ênfase nos imigrantes japoneses, podemos afirmar que o processo imigratório brasileiro teve um papel relevante e incontendível, pois, os imigrantes de numerosas nações contribuíram para que construíssemos uma identidade nacional. Sob o ângulo da imigração japonesa, percebemos como esses indivíduos superaram as dificuldades de se adaptar a um novo país, demasiadamente diverso ao Japão, conseguindo combinar o que era necessário para prosperarem em terras brasileiras: adequaram a força do trabalho em sociedade com o esforço por melhorias nas atividades que desempenhavam, alcançando avanços importantes para diversos setores brasileiros, principalmente a agricultura e o comércio.

### **A análise de redes sociais na investigação de comunidades japonesas**

Ao propormos uma análise das situações de bilinguismo em comunidades japonesas, através da investigação de redes sociais, buscamos fazer um estudo com base em uma localidade comum, pois, como afirma Bortoni-Ricardo (2011: 96) “comunidades com uma base territorial são unidades sociais menos abstratas, com as

quais as pessoas têm um sentimento de pertinência”. Isso quer dizer que a análise de redes sociais é bastante útil em investigações sociolinguísticas.

Além disso, como afirmado anteriormente, o senso japonês de comunidade e vida em sociedade contribuiu para que os *nikkeis* se estabelecessem no Brasil de maneira bem condensada, ou seja, nas chamadas colônias ou comunidades japonesas. Esse agrupamento de *nikkeis* facilitaria a análise das relações entre os indivíduos em sua integração comunicativa, pois, uma rede social é “basicamente pensada como um conjunto real de vínculos de todos os tipos no interior de um conjunto de indivíduos” (MITCHELL, 1973: 22 *apud* BORTONI-RICARDO, 2011: 84).

As redes sociais formadas no Brasil por imigrantes provenientes do Japão e seus descendentes despertaram e despertam o interesse dos linguistas japoneses, pois, como dito anteriormente, os imigrantes japoneses que vieram para terras brasileiras, ao contrário dos que foram para outros países, eram de muitas regiões diferentes do Japão, trazendo com eles a riqueza da diversidade linguística e cultural, características marcantes dessas divergentes localidades. Além disso, como ressalta Sakurai (2008: 269)

a língua japonesa falada pelos que se mudaram no início do século XIX para o Brasil é a língua do período Meiji e Taisho, que foi transmitida aos descendentes, de forma que o japonês falado nos países de emigração não acompanhou as mudanças do país de origem na mesma velocidade. Os primeiros emigrantes levaram consigo os dialetos e os sotaques que depois de décadas de convívio com os japoneses de outras origens regionais tenderam também a se apagar. Mesmo assim estudiosos japoneses conseguiram resgatar em estudos no Brasil o japonês falado e escrito antes das mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial.

Notamos com perspicuidade que o estudo das redes sociais também poderá fornecer uma interpretação de um comportamento linguístico que nos permite buscar contribuições significativas “para a compreensão da relação complexa que se estabelece entre fatores socioecológicos e políticos e a manutenção ou ruptura da diglossia em situações multilíngues ou multidialetais” (BORTONI-RICARDO, 2011: 100). Isso quer dizer que, o estudo da densidade das redes sociais formadas pelos imigrantes japoneses, por exemplo, poderá fornecer ao pesquisador material empírico quanto a situação de bilinguismo nessas comunidades, se considerarmos que, ainda segundo Bortoni-Ricardo (*Idem*) “as redes de tessitura miúda associam-se à preservação de linguagem minoritária

e não padrão, enquanto as redes abertas são marcadas por preferência pela linguagem culturalmente dominante ou suprarregional”.

Dessa maneira, ao propor uma investigação do perfil das redes de *nikkeis* na cidade do Rio de Janeiro, buscamos responder a indagações essenciais ao estudo das situações de bilinguismo nessas comunidades. Além disso, acreditamos que, ao analisar os diferentes níveis de bilinguagem dos indivíduos pertencentes a essas comunidades, o fator “densidade da rede” poderá dar subsídios para respondermos questionamentos importantes sobre o perfil de bilinguismo dessas colônias.

### **Bilinguismo e bilinguagem: uma proposta de estudo em comunidades japonesas no Rio de Janeiro**

A carência de investigações acerca das situações de bilinguismo em comunidades japonesas no Brasil chama nossa atenção para um estudo porvindouro que possa trazer contribuições para a área de línguas em contato. Cabe destacar que a comunidade *Nikkei* no Brasil é a maior do mundo: aproximadamente 1,5 milhões<sup>iii</sup> de pessoas.

Segundo Savedra (2009), há uma ampla bibliografia sobre o bilinguismo, contudo, não há uma conformidade nas conceituações, sendo possível identificar em muitos casos um uso não muito concreto do termo em questão. A autora destaca que:

Se considerássemos bilíngue somente o indivíduo com domínio igual e nativo em duas línguas, estaríamos por certo excluindo a grande maioria e, com certeza, os casos mais interessantes a serem discutidos e analisados. Partimos assim da afirmação de que o bilinguismo é um fenômeno relativo; uma condição particular, identificada pelo contexto e forma de aquisição das duas línguas, bem como pela manutenção e abandono das mesmas. Com esta condição particular, os indivíduos bilíngues apropriam-se de dois códigos distintos e os utilizam em determinadas comunidades de fala, em diferentes ambientes comunicativos (familiar, social, escolar e profissional) (2009: 121).

Savedra (*Ibidem*: 121-122), apresenta uma nova proposta de análise de situações bilíngues: bilinguismo e bilinguagem. Nessa concepção, a autora propõe que analisemos as “situações de bilinguismo” a partir “da identificação dos diferentes estágios de bilinguagem”, defendendo que o uso particular – de códigos distintos –

“assume diferentes contornos de competência linguística e comunicativa, a partir do uso funcional linguístico por ambiente comunicativo”.

Em nossa proposta de investigação futura em comunidades japonesas na cidade do Rio de Janeiro, utilizaremos os conceitos de Savedra (2009: 127-128) que define o bilinguismo como “ a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação num determinado espaço social, ou seja, um estado situacionalmente compartimentalizado de uso de duas línguas” e caracteriza bilinguagem como “ os diferentes estágios de bilinguismo, pelos quais os indivíduos , portadores da condição de bilíngue, passam na sua trajetória de vida”. A autora destaca que, “para estudar a produção discursiva de um indivíduo bilíngue devemos identificar seu estágio de bilinguagem no momento da enunciação” (*Ibidem*: 128).

Savedra (*Ibidem*: 128-129) ao defender que as situações de bilinguismo são relativas, propõe duas novas dimensões de bilinguismo, categorizando-as como “dimensões de bilinguagem”. Ainda segundo a mesma autora, essas dimensões possibilitam “identificar a fluidez das situações de bilinguismo, através do uso individual linguístico, identificado pelo *contexto de aquisição das línguas* e pelo *uso funcional variado* em diferentes momentos de uma dada situação de bilinguismo”. Dessa forma, Savedra (*Ibidem*: 129) leva em consideração, como princípios distintivos do *contexto de aquisição das línguas*, “a idade e maturidade linguística”, enquanto em relação ao *uso funcional variado*, a autora propõe um estudo do “domínio de uso de ambas as línguas em diferentes ambientes comunicativos: familiar, social, escolar e profissional”.

Um dos fatores que nos fomenta a investigar as situações de bilinguismo em comunidades nipônicas no Rio de Janeiro está relacionado à escassez de dados mais atualizados sobre as condições e os perfis dos indivíduos bilíngues nesses grupos. Na obra “*História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*” organizada sob a coordenação de Akiyoshi Shikada (2008), encontramos alguns dados referentes ao uso das línguas japonesa e portuguesa em comunidades nipônicas. Porém, esses dados, além de desatualizados, não são muito claros se tentarmos analisá-los com enfoque linguístico. As tabelas abaixo foram retiradas do subcapítulo “O novo ensino da língua japonesa (a partir de 1990)” da obra supracitada:

**Tabela 1 - Uso do japonês no cotidiano: língua utilizada no lar %**

Uso do japonês e do português	49%
Uso do português	24%
Uso de Japonês	6%
Total	100%

Fonte: Renmei – pesquisa realizada nas associações onde não existe escola de língua japonesa, 1990<sup>iv</sup>.

**Tabela 2 - Compreensão da língua japonesa %**

Entendo alguma coisa	37%
Entendo mas não falo	36%
Não compreendo nada	23%
Consigo conversar mais ou menos	4%
Total	100%

Fonte: Renmei – pesquisa realizada nas associações onde não existe escola de língua japonesa, 1990.

De acordo com a tabela 1, 49% dos *nikkeis* que foram pesquisados nas associações japonesas, utilizam o japonês e o português, ou seja, são bilíngues. Porém, esse dado desperta nosso interesse para a realização de uma investigação mais detalhada que dê conta de pormenorizar a situação de bilinguismo dos indivíduos que totalizam esse montante: uma pesquisa que possa responder, por exemplo, em que situações eles usam cada língua, ou seja, os ambientes comunicativos de uso do japonês e do português, logrando minuciar, nos diferentes períodos de vida, o domínio de uso linguístico dos indivíduos analisados (SAVEDRA, 2009: 131-132). Além disso, como aponta a tabela 2, 4% dos entrevistados declaram conseguir conversar em língua japonesa “mais ou menos”. Essa informação “mais ou menos” é muito abstrata e carece de uma investigação mais detalhada, ou seja, se esses indivíduos conseguem utilizar a língua japonesa para a comunicação, então esse 4% também necessitaria de um exame mais aprofundado.

Os resultados das investigações realizadas por Savedra (2009) solidificam a hipótese defendida pela autora de que “o bilinguismo é um fenômeno relativo, que define uma condição particular de uso de duas línguas” e que “esta condição, estabelecida pelos diferentes contextos de aquisição e domínios funcionais de uso linguístico não é estável” (*Ibidem*: 137).



Savedra (2009: 137-138) conclui sua proposta de estudo, afirmando que a condição de uso das duas línguas “se modifica na trajetória de vida dos indivíduos bilíngues, sugerindo diferentes estágios de bilinguagem, que são determinados pelo uso de ambas as línguas, em diferentes ambientes comunicativos: familiar social e profissional”. Além disso, a mesma autora destaca que sua proposta, advinda de sua tese de doutorado de 1994, “vem sendo aplicada em estudos de sociolinguística e dialetologia, para mapeamento de perfil sociolinguístico de comunidades bilíngues e multilíngues, identificadas no contexto plurilíngue nacional” (*Ibidem*: 138).

Considerando esse perfil sociolinguístico no contexto plurilíngue nacional, destacamos a importância da investigação em comunidades japonesas proposta neste trabalho, levando em consideração a importância dessas comunidades para os estudos de línguas em contato.

### **Considerações finais**

A história da imigração no Brasil desmantela a “fábula das três raças”, avocando o papel primordial desempenhado pelos imigrantes para a formação da identidade nacional brasileira. Nesse contexto, a imigração japonesa se destaca no cenário brasileiro trazendo inúmeras contribuições para o avanço econômico e cultural de nosso país.

Nessa perspectiva, as diversas comunidades japonesas, formadas ao longo do processo migratório no Brasil, se convertem em um campo produtivo para investigações relacionadas ao estudo de línguas em contato, o que nos instiga a desenvolver nossa proposta de estudo.

Considerando a premissa de que a situação de bilinguismo de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, pertencentes a uma mesma rede social, está relacionada com fatores culturais, propomos investigar em comunidades japonesas na cidade do Rio de Janeiro, a relação entre bilinguismo e o processo de perda e/ou manutenção das culturas envolvidas.

Ao elaborarmos nossa proposta de estudo, levamos em consideração a análise de redes sociais, pois, como aponta Bortoni- Ricardo (2001) essas redes são unidades menos abstratas de grande importância para pesquisas sociolinguísticas. Além disso, como buscamos responder a questionamentos relacionados a uma comunidade formada

por um conjunto de indivíduos, devemos considerar as redes comunicativas formadas por esses sujeitos como um fator essencial para nossa pesquisa.

A superficialidade dos dados disponíveis hoje sobre questões relacionadas ao perfil linguístico das comunidades nipônicas no Rio de Janeiro, incita-nos a examinar, mais profundamente, as condições de bilinguismo dessas colônias e, como resultado disso, pormenorizar as informações relevantes ao estudo do contato das línguas portuguesa e japonesa no Brasil.

### Referências

CROCI, Federico. A imigração no Brasil. IN: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Org.) *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora ufmg, 2011, p. 73-120.

BURNS, Meter. 2002. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

RIBEIRO, S. M. M. *A diversidade cultural no cotidiano escolar: uma abordagem da educação multicultural*. 2006. 136 f. Dissertação de mestrado em educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

SAVEDRA, M.M.G.; Bilinguismo e bilinguagem: uma nova proposta conceitual. IN: SAVEDRA, M.M.G; SALGADO, A.C.P. (Org.) *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 121-140.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SHIKADA, Akiyoshi (Org.) *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008.

### Sites da Internet

Movimento Dekasegui. Disponível em: <http://movimentodekasegui.blogspot.com.br/search/label/nikkei>, acesso em 22/07/2017

EEB Dom Joaquim. Disponível em:  
<http://eebdomjoaquim.blogspot.com.br/2009/04/dicionario-sociologico-basico.html>,  
acesso em 26 de julho de 2014.

---

<sup>i</sup> Os termos bilinguismo e bilingualidade foram propostos por Savedra (1994) em sua Tese de Doutorado defendida pela UFRJ, intitulada “*Bilinguismo e bilingualidade: o tempo passado no discurso em língua portuguesa e alemã*”. Porém, utilizaremos neste trabalho os mesmos conceitos propostos e revisados pela mesma autora em seu artigo “*Bilinguismo e bilingualidade: uma nova proposta conceitual*” (2009).

<sup>ii</sup> “Nikkei (日系) é uma denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior. As maiores comunidades nikkei estão no Brasil (São Paulo e Paraná), Estados Unidos (Califórnia e Havaí) e China (Xangai). Há também importantes comunidades no Peru, México, Rússia e Austrália (Queensland e Sydney)”. Dados disponíveis em <http://movimentodekassogui.blogspot.com.br/search/label/nikkei>, acesso em 22 de julho de 2014.

<sup>iii</sup> Dados extraídos de <http://super.abril.com.br/cotidiano/quais-maiores-comunidades-japonesas-mundo-447498.shtml>, acesso em 23 de julho de 2014.

<sup>iv</sup> As tabelas 1 e 2 foram construídas através dos dados da Tabela XIV e Tabela XVI (p.287), retiradas de “SHIKADA, Akiyoshi (Org.) *História dos cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008.